



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
8ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
SANTA MARIA – RS
COLÉGIO ESTADUAL MANOEL RIBAS
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DISCIPLINA DE HISTÓRIA
ATIVIDADE DOMICILIAR 01 & 02 - JUNHO
2º ANO



PROFESSORES:

Luciano Scheffer, Maria Helena Romero e Vinicius Bertolo

ATIVIDADE 01/JUNHO

TEMA: ESTADO MODERNO E O ABSOLUTISMO I

- 1) Assistir ao vídeo, se possível: *A História da Tradição Ocidental - 32 - A era do absolutismo*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BuFsBoz16fU> [acesso em 29 de maio de 2020].
- 2) Responder:
 - a. A situação política européia foi bastante alterada pelo início da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre as monarquias feudais da França e da Inglaterra. Explique como essa guerra contribuiu para a formação do Estado moderno na França.
 - b. Durante vários séculos, a península Ibérica foi palco da luta de Reconquista entre cristãos e muçulmanos. Mostre como essa luta propiciou a formação de Portugal e da Espanha.

ATIVIDADE 02/JUNHO

TEMA: ESTADO MODERNO E O ABSOLUTISMO II

1. Assistir ao vídeo, se possível: *A História da Tradição Ocidental - 33 - O absolutismo e o contrato social*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U431Nwb5cKg> [acesso em 29 de maio de 2020].
2. Responder:
 - a. Enquanto em várias regiões da Europa consolidavam-se governos centralizados, as regiões da atual Itália e Alemanha permaneciam divididas em pequenos Estados. Descreva a situação política dessas duas regiões entre o final da Idade Média e o início dos tempos modernos.
 - b. Como vimos, no final da Idade Média os reis europeus empreenderam grande esforço para concentrar o poder em suas mãos. O resultado foi a formação dos Estados modernos em várias regiões da Europa. Escreva um texto explicando o papel dos reis, da burguesia e da nobreza no processo de formação dos Estados modernos.

TEXTOS AUXILIARES

A CENTRALIZAÇÃO DO PODER

FIGUEIRA, Divalte Garcia. História: Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Atica, 2002. Pág. 98-102. [adaptado]

No quadro de dificuldades criado pela crise que afetou a Europa ocidental no final da Idade Média, a centralização do poder pelos reis surgiu como alternativa política capaz de restabelecer a ordem e a segurança. Atuando inicialmente como árbitro entre os senhores feudais e a burguesia, o rei conseguiu, aos poucos, impor sua autoridade sobre todo o território do reino.

Nesse longo e tortuoso processo, a fragmentação do poder político, característica da Idade Média, deu lugar ao poder centralizado e à unificação dos territórios. Surgiram assim, por toda a Europa ocidental, monarquias fortalecidas, como as de Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Senhor Absoluto do poder, foi o rei o principal agente na construção do estado Moderno.

O senhor da balança

Em sua luta para centralizar o poder, o rei teve alguns aliados. O principal deles foi a burguesia mercantil e financeira, formada por comerciantes e banqueiros.

O fato de cada feudo cunhar suas próprias moedas, aliado aos diferentes sistemas de pesos e medidas existentes em cada um deles, trazia enormes entraves às atividades mercantis. Além disso, o pagamento de pedágios imposto pelos senhores feudais às caravanas de mercadores prejudicava ainda mais os negócios da burguesia. Um poder centralizado e forte poderia, entre outras coisas, resolver esses problemas e, ainda, oferecer proteção às rotas comerciais, o que não acontecia no mundo feudal.

Interessados nessas mudanças, comerciantes e banqueiros forneceram ao rei apoio financeiro — por meio de doações e empréstimos — e funcionários para a formação de uma burocracia profissionalizada a serviço do Estado. Além disso, utilizando as leis e as fórmulas jurídicas do Direito romano, juristas de formação universitária ajudaram o monarca a justificar e legitimar o poder absoluto.

Já para os senhores feudais, o processo de fortalecimento da autoridade do rei acarretou a diminuição do seu poder. Naturalmente, eles procuraram resistir a essa perda, recorrendo algumas vezes à luta armada. A decadência do sistema feudal, entretanto, já se tornara irreversível, acentuando-se ainda mais com a

ocorrência de mudanças no plano institucional.

Entre outras iniciativas, o rei passou a contratar soldados profissionais para dar conta das guerras prolongadas, formando os exércitos permanentes. Desse modo, já não precisava dos combatentes arrematados pelos nobres.

Ao mesmo tempo, o emprego crescente da infantaria e a utilização das armas de fogo — os primeiros canhões chegaram à Europa no século XIV — diminuíram a importância da cavalaria. Essa mudança contribuiu para enfraquecer ainda mais o poderio dos senhores feudais.

A Igreja também ofereceu forte resistência à centralização do poder real ao ser ameaçada de perder a posse de suas terras. Além disso, os monarcas diminuíram a interferência dessa instituição em assuntos internos do Estado, especialmente naqueles relacionados às leis e aos impostos.

Entre esses interesses, o rei constituiu-se como um verdadeiro árbitro, privilegiando em alguns momentos ora os interesses de um grupo social, ora os de outro. Nos lugares onde melhor cumpriu essa função, mais sólido tornou-se seu poder.

A caminho do Estado moderno

Aos poucos, o rei impôs sua autoridade sobre territórios cada vez mais vastos. Os limites entre esses territórios começaram a ganhar sentido político, fiscal e militar, fixando-se e tornando-se fronteiras.

Dentro desses novos limites, prevaleceram as línguas faladas nas regiões hegemônicas, assim definidas por sua riqueza ou por sua importância política. O idioma oficial da Espanha, por exemplo, derivou do castelhano, língua falada em Castela, o principal reino formador do país.

Nessas circunstâncias, surgiu o Estado moderno, igualmente chamado de Estado nacional ou monarquia nacional. Fenômeno novo na história, uma de suas características principais era o caráter fortemente centralizado do poder monárquico em oposição à fragmentação vivida no sistema feudal.

O monopólio da força legítima

Como forma de impor a autoridade real, dentro dos limites de seu território e sobre todas as pessoas que nele habitavam, o rei passou a exercer os monopólios da força legítima, da justiça e da arrecadação de impostos.

Um monopólio da força legítima ficava estabelecido que somente o rei podia constituir forças armadas (exércitos, polícia), encarregadas de manter a ordem e defender o território de agressões externas.

Pelo monopólio da justiça, os tribunais dos senhores feudais desapareceram, a Igreja manteve apenas seu poder de julgar os assuntos relativos à fé e o rei ficou com o controle da justiça em todas as outras áreas.

O funcionamento do Estado exigiu a formação e o treinamento de uma burocracia profissional, encarregada de administrar e de fazer cumprir as determinações do soberano e suas leis. Para manter toda essa organização, foi necessário monopolizar a arrecadação de impostos, até então cobrados de maneira descentralizada pelos senhores de cada feudo.

A formação do Estado moderno ocorreu de forma diversa em cada região da Europa. Em todas elas, entretanto, foi o resultado de longos e sangrentos conflitos, como veremos a seguir.

A formação do Estado moderno na França

Quando teve início a dinastia capetíngia, em 987, o poder real vivia seu momento de maior fragilidade. A partir do século XII, porém, essa situação começou a mudar. O crescimento das cidades e do comércio deu início a um lento processo de fortalecimento do rei.

Um dos primeiros monarcas francos a adotar medidas de centralização política foi Filipe Augusto, ou Filipe I (1180-1223), que encarregou funcionários especiais para recolher impostos em todo o reino. Com isso manteve o controle da arrecadação em áreas antes dominadas pela nobreza.

Outro passo importante nesse processo foi dado por Luís IX (1226-1270). A reforma judiciária instituída por esse soberano fortaleceu os tribunais reais em detrimento das atribuições judiciais dos senhores dos feudos. Luís, mais tarde canonizado pela Igreja como São Luís, criou ainda uma moeda de ampla circulação, favorecendo os interesses dos comerciantes.

Os conflitos entre o rei e seus adversários atingiram o ápice no reinado de Filipe IV, o Belo (1285-1314). Filipe chegou a ser ameaçado de excomunhão pelo papa, após obrigar a Igreja a pagar impostos. Em 1309, ao transferir a sede do papado para Avignon, na França, acabou submetendo o próprio papa ao seu poder. Essa situação perdurou até 1377, quando o papado retornou a Roma.

Durante seu reinado, Filipe voltou-se contra os nobres da Ordem dos Cavaleiros Templários, surgida na época das Cruzadas. Por dever uma grande soma de dinheiro à ordem, o rei tentou confiscar seus bens. Na luta que se seguiu, muitos templários foram dizimados. Alguns deles, porém, conseguiram fugir e se estabelecer na península Ibérica, onde posteriormente desempenhariam importante papel na expansão marítima.

A Guerra dos Cem Anos, no século XIV, foi decisiva para o fortalecimento da monarquia. No curso do conflito, os reis franceses promoveram importantes reformas militares e financeiras, como a constituição de um exército permanente, controlado pelo poder central, e a criação de um imposto fixo destinado a garantir a manutenção da força armada.

116 anos de guerra

A Guerra dos Cem Anos ocorreu entre a Inglaterra e a França. Iniciada em 1337, prosseguiu com intervalos até 1453. Entre os fatores que a provocaram, destacam-se a intenção do rei francês de afastar a rica região de Flandres do controle inglês e o fato de o rei inglês reivindicar direitos sucessórios em relação ao trono francês.

No início da guerra, os ingleses venceram as batalhas de Crécy (1346) e Poitiers (1356). No início do século XV, controlavam grande parte do norte da França. Nesse momento, entra em cena Joana D'Arc (1412-1431), uma jovem camponesa. Sob seu comando, os franceses recuperaram a cidade de Orléans, o que permitiu ao herdeiro da coroa francesa ser coroado na catedral de Reims. Apesar da vitória, Joana D'Arc foi presa pelo duque de Borgonha, que se opunha ao rei da França, e entregue aos ingleses. Considerada herege por um tribunal eclesiástico, foi queimada na fogueira em 1431.

A vitória em Orléans marcou uma reviravolta na guerra. Os ingleses começaram a perder seus domínios nas regiões ocupadas por seu exército e acabaram expulsos da França. A Guerra dos Cem Anos contribuiu para consolidar o Estado moderno na França, ao fortalecer o poder do rei e despertar o sentimento de identidade nacional no país.

Dessa forma, ao final do século XV, a França havia-se transformado em um Estado unificado econômica e politicamente. Em seu interior desaparecera a antiga autonomia dos domínios feudais. O idioma francês impôs-se em todo o território, passando a ser falado ao lado dos dialetos regionais.

No início do século XVI, a monarquia francesa, sob o reinado de Francisco I (1515-1547), tornou-se absolutista. Essa nova maneira de governar, que iria se disseminar pela Europa, baseava-se na centralização completa do poder nas mãos do rei.

A monarquia centralizada dos ingleses

Na Inglaterra, a centralização do poder ocorreu de modo diferente do da França.

Em 1066, a Inglaterra foi invadida pelos normandos, chefiados por Guilherme, o Conquistador. Guilherme era duque da Normandia. Com a invasão, tornou-se rei da Inglaterra.

A Normandia era um ducado e constituía um dos vários feudos

que formavam o reino francês. Diferentemente de outros feudos, ali o duque reservava para si o monopólio de justiça, sem dividi-lo com os pequenos nobres (os vassallos ou barões), o que tornava o poder mais centralizado. Dessa forma, quando os normandos invadiram a Inglaterra, transmitiram não a organização feudal que imperava na França, mas uma espécie de "feudalismo centralizado", como observou o historiador inglês Perry Anderson.

O caráter mais centralizado do reino inglês não impediu que nele se manifestassem alguns aspectos do feudalismo. Durante vários séculos, as relações entre o rei e a nobreza não tiveram-se tensas e conflituosas, pressionadas constantemente pelas disputas de poder.

Em 1215, diante de uma série de medidas autoritárias tomadas pelo rei João Sem-Terra, como a imposição de novos impostos, os nobres reuniram-se e aprovaram um documento que limitava o poder do rei e determinava que ele não poderia aumentar impostos mediante aceitação do Grande Conselho, órgão formado pela própria nobreza e por representantes do clero.

Esse documento incluía vários outros dispositivos, alguns dos quais favoráveis à população em geral e não só à nobreza. Assim, um deles determinava julgamento justo e imparcial todo indivíduo que cometesse um delito. Outro estabelecia que nenhuma pessoa podia ser presa sem causa formada (direito de habeas corpus). A Magna Carta, como foi denominada o documento, é até hoje uma das bases constitucionais da Inglaterra.

Em 1265, os nobres, com apoio da população, obrigaram o rei a aceitar a criação de uma assembleia constituída pelos representantes das três ordens: clero, nobreza e burguesia; trinta anos depois, esse órgão, chamado Parlamento, foi definitivamente incorporado às instituições do Estado inglês.

No século XV, a Inglaterra foi assolada por uma guerra entre duas famílias da nobreza que disputavam o trono, os York e os Lancaster. Cada uma dessas famílias adotava uma cor diferente como símbolo. Por essa razão o conflito recebe o nome de Guerra das Duas Rosas (1455-1485). No decorrer da disputa, os dois contendores acabaram por abrir espaço para a ascensão de uma terceira família: os Tudor, que chegaram ao poder em 1485 com Henrique VII. Aproveitando o enfraquecimento da nobreza ocasionado pela guerra, o novo rei pôde restaurar e ampliar a centralização do poder, unificando o país e constituindo as bases do Estado moderno na Inglaterra.

Seu filho, Henrique VIII (1509-1547), deu novos passos para a consolidação do poder real. Em 1534, aproveitando-se da conjuntura criada pela Reforma Protestante Henrique VIII rompeu com o Papa; confiscou terras da Igreja Católica na Inglaterra e fundou Igreja Anglicana, cuja autoridade máxima passou a ser exercida pelo próprio rei. Seus sucessores, particularmente sua filha Elizabeth I (1558-1603), seriam tão absolutistas quanto ele.

A península Ibérica

Como já vimos, os árabes haviam invadido a península Ibérica no começo do século VIII. Apenas a região dos montes Pireneus, próxima ao reino da França, escapou dessa invasão. Ali se formaram os reinos cristãos de Astúrias e Leão. Esses reinos travaram a guerra de Reconquista, uma luta contra os árabes, também chamados de maneira pejorativa de mouros ou sarracenos, para retomar o território da península.

A medida que a luta avançava, outros reinos cristãos foram surgindo na península, entre os quais Aragão e Castela.

No final do século XI, Afonso VI, dos reinos unificados de Leão e Castela, impôs sucessivas derrotas aos muçulmanos. Em suas campanhas, contou com a ajuda de Henrique de Borgonha, um senhor feudal vassalo do rei da França. Para recompensar Henrique, Afonso VI ofereceu-lhe o condado português como feudo.

Em 1212, na batalha de Naval de Tolosa, as forças unidas dos diversos reinos cristãos derrotaram os muçulmanos, cujo domínio ficou restrito à região de Granada, no sul da península Ibérica.

O passo decisivo para a expulsão dos árabes ocorreu em 1469, quando Fernando, rei de Aragão, casou-se com Isabel, que se tornaria depois rainha de Castela. Unidos, os reinos de Aragão e Castela tornaram-se a base da Espanha.

Fernando e Isabel, conhecidos como "reis católicos", venceram a resistência dos senhores feudais e limitaram a autonomia das cidades, impondo a todos a autoridade do poder real. Em 1480, com a instituição do Tribunal da Inquisição, a Igreja Católica e os monarcas uniram-se contra qualquer tipo de resistência ou oposição.

A consolidação da monarquia espanhola ocorreu em 1492, ano em que se deu a reconquista de Granada e a expulsão definitiva dos árabes.

A monarquia espanhola não admitia outra religião que não a católica em seus domínios. Por essa razão, ainda no mesmo ano da tomada de Granada, a Coroa impôs aos judeus a conversão ao catolicismo ou o abandono do reino.

Também em 1492, o navegador genovês Cristóvão Colombo, financiado pela Coroa espanhola, encontraria terras desconhecidas dos europeus, chamadas posteriormente de América. Esse acontecimento fortaleceria ainda mais a monarquia espanhola.

A formação de Portugal

O condado Portucalense, recebido como feudo por Henrique de Borgonha, estava ligado por laços de vassalagem ao reino de Leão e Castela. Em 1139, Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, rompeu esse vínculo e se proclamou Afonso I, rei de Portugal, iniciando a dinastia de Borgonha (1139-1383) e a história de Portugal como reino independente.

Nos anos seguintes, organizaram-se as instituições do Estado português. Ao lado da monarquia, estabeleceram-se as Cortes Gerais, órgão constituído pela família real, pelo clero e pela nobreza.

A consolidação da monarquia nacional se deu com a Revolução de Avis (1383-1385). Em 1383, com a morte do rei dom Fernando, o trono deveria passar para sua filha, que estava casada com o rei de Castela. Diante da possibilidade de união dos dois reinos, a burguesia, a população e uma parte da nobreza se rebelaram e aclamaram um novo rei, dom João, mestre de Avis (nome de uma ordem militar). Em seguida, as forças portuguesas conseguiram derrotar os castelhanos e garantir a independência de Portugal.

A Revolução de Avis provocou importantes mudanças políticas em Portugal, como o fortalecimento da burguesia, que apoiou o novo rei na luta contra os castelhanos. Já a antiga nobreza, que em grande parte havia dado sustentação à união com Castela, saiu enfraquecida.

Graças a essas mudanças, antes de qualquer outra região da Europa, Portugal reuniu as condições constitutivas do Estado moderno: um território unificado, gerido por um governo soberano e forte, reconhecido e aceito pela população. Essa precoce centralização política seria um dos componentes que permitiriam a Portugal lançar-se antes de qualquer outro reino europeu no empreendimento da expansão marítimo-comercial.

O Sacro Império e a península Itálica

Dentre os grandes Estados europeus contemporâneos, dois não se constituíram como Estados modernos: Alemanha e Itália.

No alvorecer do século XV, o território da Alemanha atual era ocupado por um amontoado de pequenos feudos e principados,

reunidos sob a denominação de Sacro Império Romano-Germânico. Este englobava também territórios da península Itálica (leia o boxe ao lado). O sistema de governo do Sacro Império era a monarquia eletiva. Tais características, associadas à constante oposição do papa e dos senhores feudais ao imperador, dificultavam a centralização do poder.

Em 1376, Carlos IV, da dinastia austríaca dos Habsburgos, promulgou um decreto que reconhecia os príncipes germânicos como soberanos independentes em seus respectivos domínios. Concomitantemente, ratificava a eleição do imperador do Sacro Império Romano-Germânico por sete electores, que deveriam estar entre os senhores leigos e eclesiásticos mais poderosos do Império.

Dos pequenos Estados da península Itálica que não estavam sob o domínio do Sacro Império, destacavam-se os da Igreja Católica e das cidades do norte, principalmente Gênova, Veneza, Florença e Milão. Nenhum desses Estados era forte o suficiente para impor-se aos demais e unificar a região. Tanto os principados germânicos quanto os da península Itálica viriam a se constituir como unidades territoriais e políticas somente no século XIX.

Os Habsburgos e o Sacro Império

O Sacro Império Romano-Germânico surgiu em 962, quando Oto I, do Reino Germânico, foi escolhido rei pelos príncipes germânicos e coroado imperador pelo Papa João XII. Em 1273, o conde Rodolfo de Habsburgo foi eleito para o trono imperial e, pouco depois, coroado rei da Áustria. A partir de então, os Habsburgos assumiriam um papel de destaque no Sacro Império.

O principal monarca Habsburgo foi o imperador Carlos V, que, na primeira metade do século XVI, acumulou as coroas da Espanha, do Sacro Império, dos Países Baixos (atuais Holanda e Bélgica), de Nápoles e da Sicília. Carlos V retirou-se em 1556 para um mosteiro, dois anos antes de morrer. Ao abdicar, deixou a coroa do Sacro Império para o irmão Fernando e o trono da Espanha (e de outros domínios) para o filho Filipe II.